

Alternativas em estudo para o "pacote"

por Cláudia Sotelle,
de Brasília

O programa econômico do governo José Sarney somente será anunciado após as eleições do dia 15 de novembro, mas o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, já dispõe de diversas alternativas, tanto na área tributária quanto na social com relação ao reordenamento das finanças públicas (reforma bancária).

Embora existam várias hipóteses, algumas já começam a tomar corpo, como, por exemplo, a aplicação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de open market e nos títulos pós-fixados, ao mesmo tempo que prossegue a incidência do Imposto de Renda na fonte sobre tais operações. "Um imposto nada tem a ver com o outro. Um é sobre a transação financeira e o outro sobre a renda", adiantou uma qualificada fonte oficial a este jornal, explicando que o IOF deverá ter uma incidência variável, de acordo com os prazos das operações. A autorização para instituir o IOF nessas operações já existe, embora a alíquota atual seja zero, dependendo, assim, apenas de uma deliberação do Conselho Monetário Nacional.

Com os recursos do pacote tributário, cuja estimativa inicial é de gerar mais Cr\$ 40 trilhões de receita no próximo ano, o governo pretende ampliar dos atuais Cr\$ 60 trilhões para cerca de Cr\$ 80 trilhões o programa de prioridades sociais, tendo pelo menos duas metas: chegar ao final do governo Sarney com uma merenda escolar preenchendo todos os dias do ano e um programa de

alimentação que abarque todas as crianças de zero a seis anos.

Os recursos para os programas de investimento sociais e de geração de empregos não serão repassados através dos organismos tradicionais, como a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), o Instituto Nacional de Alimentação (Inal) ou o Banco Nacional da Habitação (BNH). A idéia é de que as administrações estaduais e municipais gerenciem esses programas repassando os recursos diretamente às organizações populares (como as sociedades de bairros, por exemplo). Assim, estará mais garantido que os recursos chegarão ao destino final, não se perdendo na máquina oficial.

Além da mudança na estrutura de gastos, o governo vai alterar também a forma de gerenciamento das receitas e despesas, controlando o fluxo diário das entradas e saídas de recursos do Tesouro Nacional, através da criação da Secretaria do Tesouro e de um apêndice — o Comitê da Dívida Pública —, que fará a gestão da política fiscal e monetária.

Apenas com a redução do prazo de permanência dos recursos tributários na rede bancária privada, dos catorze dias atuais para apenas três dias, calcula-se um impacto de antecipação de mais de Cr\$ 5 trilhões. O grosso dos recursos, porém, não está aí, mas nas aplicações em ORTN que os bancos fazem com as receitas de impostos da União e pelas quais recebem 16% de juros. A despesa com esses juros chega a algo próximo a Cr\$ 1 trilhão por mês, cuja economia será adicionada aos

cerca de Cr\$ 20 trilhões que o governo obteve com a redução das taxas de juros de 21 para 16%.

Os técnicos do Ministério da Fazenda descobriram que cada documento oficial processado na rede bancária custa em média Cr\$ 56 mil, e pretendem eliminar essa despesa, deixando para a rede bancária, como remuneração, possivelmente apenas os três dias de giro dos recursos provenientes do recolhimento de impostos.

Essas medidas fazem parte do "pacote" que pretende reduzir o déficit do setor público, mas não eliminá-lo totalmente. A perspectiva é baixar o déficit operacional de pouco mais de 1,7% do PIB neste ano para pouco mais de zero no ano que vem. Mas esta também é uma meta que está sendo rediscutida no Ministério da Fazenda, pois os novos técnicos do governo pretendem depurar o conceito de déficit operacional (saldo dos financiamentos do setor público não financeiro, excluindo as correções monetária e cambial).

Segundo estimativas oficiais, o déficit de caixa de outubro foi de quase Cr\$ 12 trilhões e a parcela financiada pela emissão de moeda foi bastante pequena. A expansão da base monetária no mês passado foi de somente 2% na média e de pouco menos de 1% no final do mês. Segundo os técnicos do governo, essa performance do déficit de caixa decorreu de saques de aproximadamente Cr\$ 2 trilhões na conta de depósitos em moeda estrangeira, que estava meio refreado, e cujos prazos já estavam vencidos.